



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013591-07.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **Josimar Pereira da Silva**
 Requerido: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Josimar Pereira da Silva move ação anulatória de relação tributária contra o Município de São Carlos. É proprietário do Lote 027 da Quadra 001 do loteamento Jardim Embaré, mat. 100.451, cadastro municipal nº 19.159.027.001. Administrativamente obteve extrato dos IPTUs em aberto, constando pendentes os de 2005, 2006 e 2007. Sustenta que não foi promovida a execução fiscal dentro do lapso prescricional. Houve, pois, a prescrição. Sob tais fundamentos, pede o reconhecimento judicial da prescrição desses IPTUs.

Liminarmente suspensa a exigibilidade dos tributos.

Contestou o réu. Sustenta que no processo administrativo 8420/2007 a empresa Embaré Empreendimentos Imobiliários Ltda ofertou, em dação em pagamento, uma área de terras, para a quitação dos IPTUs referentes aos imóveis localizados no loteamento Jardim Embaré. Tal situação ensejou a suspensão de todos os lançamentos. A dação em pagamento concretizou-se por intermédio do Termo de Dação nº 38/2010, celebrado em 14.07.2010. Somente nessa data é que foram definidos quais dos imóveis localizados no loteamento, que seriam alcançados pela dação. O imóvel do autor foi excluído. Tem-se, pois, que são corretos os lançamentos e que não houve prescrição, vez que o crédito tributário esteve suspenso no período compreendido entre a formalização do pedido de dação e a celebração do termo de dação.

Réplica apresentada.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15.

Está caracterizada a prescrição.

O requerimento administrativo de dação em pagamento apresentado pela Embaré Empreendimentos Imobiliários Ltda, que instruiu a contestação ao qual me reporto, menciona 1.811 inscrições imobiliárias como aquelas cujos IPTUs a postulante objetivava satisfazer através da dação em pagamento de alguns imóveis de sua propriedade.

Não veio aos autos qualquer prova, porém, de que entre as 1.811 inscrições imobiliárias está aquela pertinente ao imóvel objeto da presente demanda.

O requerimento apresentado pela Embaré Empreendimentos Imobiliários Ltda menciona, nesse ponto, uma "certidão expedida pelo Chefe de Divisão da Receita" da municipalidade. Essa certidão teria instruído o pedido administrativo. A partir dela, talvez se pudesse identificar se realmente o imóvel em debate nesta demanda lá estava inserido. Todavia, o réu, em contestação, não trouxe aos autos esse documento.

Não há prova, portanto, de que estes débitos em particular tenham sido alcançados pelo fenômeno da suspensão cogitado pela municipalidade em sua resposta.

O que se tem nos autos é (a) não se sabe se os IPTUs deste imóvel foram incluídos no pedido de dação, e o ônus dessa prova era da municipalidade-ré (b) certamente os IPTUs deste imóvel não foram incluídos na dação propriamente dita, que se efetivou ao final do processo administrativo, tanto que foram lançados e deram ensejo a esta demanda.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O ônus probatório da interrupção ou suspensão do lapso prescricional era da municipalidade, que dele não se desincumbiu.

Não bastasse, a discussão aqui trazida vem sendo submetida ao Poder Judiciário, e o Tribunal de Justiça de São Paulo, também por outros fundamentos, vem repellido a argumentação vertida pela prefeitura municipal.

Por isonomia e integridade e coerência na aplicação da lei, não havendo base fática para a designação, a solução encontrada naqueles feitos deve aqui também ser aplicada.

Confirmam-se:

Apelação. Ação Anulatória de Relação Tributária julgada procedente. IPTU dos exercícios de 2003 a 2007. Município de São Carlos. Pretensão à reforma. Desacolhimento. Requerimento de dação em pagamento que, além de indicar expressamente quais eram as áreas envolvidas, assinalou que se referiam a 1.811 lotes individualizados, constantes de matrículas distintas daquela onde se localizavam os imóveis dos autores. **Pedido de dação em pagamento realizado em 2007 e que implicou na interrupção da prescrição (art. 174, parágrafo único, IV do CTN). Ausência de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição a partir de 2007.** Ação anulatória proposta em 2015. Prescrição que extinguiu o próprio crédito e não apenas a pretensão do exequente (art. 156, V, CTN). Recurso ao qual se nega provimento. (Ap. 1005130-80.2015.8.26.0566, Rel. Ricardo Chimenti, 18ª Câmara de Direito Público, j. 11/08/2016)

APELAÇÃO – AÇÃO ANULATÓRIA DE RELAÇÃO TRIBUTÁRIA – Município de São Carlos – IPTU – Exercícios de 2003 a 2007 – Débitos não ajuizados – Inexistência de causa interruptiva da prescrição – Dação em pagamento que não incluiu os imóveis descritos na inicial – Reconhecimento da prescrição – Sentença mantida – Recurso improvido. (Ap. 1002629-56.2015.8.26.0566, Rel. Rezende Silveira, 15ª Câmara de Direito Público, j. 19/07/2016)

Confirmada a tutela antecipada de urgência, JULGO PROCEDENTE a ação e DECLARO PRESCRITOS os IPTUS relativos ao imóvel objeto da presente ação, de 2005, 2006 e 2007. CONDENO o réu em honorários, arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.I.

São Carlos, 03 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**